

Chuva, lamaçal e inundação no Rio de Janeiro do século XIX: entre a providência divina e o poder público

Rain, mud and floods in 19th century Rio de Janeiro: between divine providence and public power

Anita Correia Lima de Almeida

Doutora em História Social (UFRJ), professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO e pesquisadora do Pronex (CNPq/Faperj)

“Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no século XIX”.

anita.correialima@gmail.com

RESUMO: Ao longo do século XIX, temporais, enchentes e extensos lamaçais tiveram presença constante na vida da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo deste artigo é examinar quais eram as concepções existentes na cidade sobre a chuva – e os perigos que ela trazia –, como essas concepções foram se transformando ao longo do século, e como finalmente surgiram ideias de deveres do poder público e de direitos do morador, em relação à recuperação da cidade, depois de cada novo temporal.

Palavras-chave: história urbana, desastres urbanos, cidadania

ABSTRACT: *Throughout the 19th century, storms, floods and vast bogs were a constant in life in the city of Rio de Janeiro. The aim of this article is to examine what the existing conceptions in the city about the rain and its dangers were, how these conceptions changed as the century progressed, and how the idea of what the public powers' tasks regarding the recovery after each storm should be finally emerged.*

Keywords: *urban history; urban disasters; citizenship*

Em consequência da muita chuva que tem havido, desabou um pedaço do morro do Castelo, pelo lado de Santa Luzia, e destruiu parte de algumas casas do Sr. João José Dias Moreira, sendo vítima d'este infeliz sucesso uma moça, que, segundo informam-nos, tinha apenas 13 anos!

A chuva continua, e a Providência permita que não tenhamos mais vítimas a deplorar.

Diario do Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1841, p. 4.

Temporais e inundações alteram o ritmo da vida urbana¹. As cidades, geralmente consideradas um abrigo, transformam-se subitamente em lugares ameaçadores. Elas passam a oferecer um grande perigo a seus moradores. E quanto mais urbanizada a região, mais riscos ela oferece. Como em outras catástrofes², vulcões ou terremotos, são as próprias estruturas da cidade, edifícios, pontes, árvores, que desabam, ameaçando a vida de seus moradores³.

Em meados do século XIX, um morador do Rio de Janeiro, leitor de jornal, mantinha-se facilmente informado sobre desastres e calamidades ocorridas em várias partes do mundo. Lendo a seção “Variedade” do *Diário do Rio de Janeiro* de 12 de agosto de 1841, por exemplo, ele ficava sabendo que em 26 de fevereiro daquele ano tinha ocorrido um terremoto na ilha grega de Zante. A matéria informava que desde o ano anterior a ilha vinha sendo continuamente castigada por fortes tremores. As casas tinham sido quase todas destruídas no grande abalo de 30 de outubro. Agora, o tremor havia sido menos destrutivo, porém mais demorado. Segundo o jornal, “a consternação e o espanto da população foram extremos”⁴; nas casas, as pessoas temiam os desabamentos, nas ruas, havia apenas “chuva, gritos e trevas”. O jornal seguia na dramática descrição:

As igrejas gregas tinham ficado cheias, por ser aquela a hora em que todas as sextas feiras da quaresma se dirigia a oração à Virgem. Os rostos estavam cobertos com a palidez da morte, e as abóbadas retumbavam com gemidos e com gritos dirigidos ao céu para implorar compaixão e misericórdia, sem que a voz dos padres pudesse acalmar o susto universal⁵.

O leitor que desejasse se aprofundar no conhecimento do tema das catástrofes podia seguir para a leitura dos livros. Segundo o mesmo jornal, em março de 1832, na loja do sr. Albino Jordão, à rua do Ouvidor, nº 157, estava à venda o “Tratado da conservação da saúde dos Povos, e notícia dos terremotos mais célebres”⁶. Ao longo do século XIX, as notícias de grandes desastres se sucederam. Enquanto isso, na imprensa europeia, as calamidades ganhavam publicações ilustradas. Uma nota na *Gazeta de Notícias*, de 8 de agosto de 1875, informava: “Todos os jornais *ilustrados* da Europa que nos têm chegado às mãos, trazem desenhadas as terríveis cenas da inundaçào de Toulouse”⁷. E os eventos trágicos também

apareceram na literatura. Émile Zola, por exemplo, escreveu uma novela, *A Inundação* (1880)⁸, inspirada nesta enchente ocorrida em 1875, em Toulouse.

Desde as primeiras décadas de circulação da imprensa no Rio de Janeiro, o tema dos grandes desastres esteve presente. O *Diário do Rio de Janeiro* de 6 de junho de 1821 publicou em sua seção “Miscelânea curiosa, útil e instrutiva” o artigo “Terremotos”, extraído dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, uma publicação de portugueses residentes em Paris. O texto dava notícia de numerosos tremores de terra, com dados colhidos na imprensa mundial. Na China, segundo a *Gazeta de Pekim*, em maio de 1817, um terremoto numa província na fronteira ocidental tinha deixado mais de 13 mil casas destruídas, e mais de 1.800 pessoas mortas. Para o ano de 1818, o artigo mencionava abalos na Sicília, na Cidade do México, na Irlanda, no Canadá, na Escócia, e ainda outros. E seguia com os eventos do ano de 1819, também ocorridos em muitas regiões do planeta, para finalmente concluir com a seguinte observação: “Não nos consta que tenha havido terremoto, pelo menos notável, neste vastíssimo Reino do Brasil”⁹.

Era comum que depois da notícia de grandes desastres a imprensa lembrasse que o Brasil era uma terra livre de terremotos, e de outros eventos extremos. E não apenas a imprensa. Na Coleção das Consultas do Conselho de Estado, para os anos de 1842 a 1844, é possível ver, por exemplo, que o Conselho, tratando dos meios para promover a entrada de colonos estrangeiros no Brasil, mencionou a ausência de desastres no país. Segundo o Conselho, era preciso que o Brasil ficasse conhecido das nações estrangeiras, onde havia braços à disposição, e que afluíam para o Brasil, “atraídos pelas imensas vantagens que virão aqui desfrutar”¹⁰. Então, seria importante que os agentes do governo propagassem o conhecimento da posição geográfica do Império, de sua salubridade e isenção de flagelos naturais, pois “qual será o europeu ou asiático pouco abastado, ou que procure aumentar a sua fortuna, que não corra para o Brasil tendo a certeza de que [...] vem habitar um país extenso [...] sob climas tão diferentes que pode escolher o mais adequado ao seu temperamento, e saúde; que ainda não foi devastado por uma só epidemia [...]; sem receio de terremotos, tempestades, e outros flagelos naturais, que em outros países arruinam tantos estabelecimentos, plantações e fortunas [...]?”¹¹.

Falar da salubridade do país, pelo menos até o final da década de 1840, quando começaram os grandes surtos de febre amarela, era viável. Apregoar a ausência de terremotos e outros flagelos naturais no Brasil era fácil. Propagar a inexistência de tempestades, como sugeriu o Conselho, no entanto, seria uma tarefa mais difícil para os agentes do governo.

John Luccock, em seu livro *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, publicado na Inglaterra, em 1820, descreveu assim uma tempestade na baía de Guanabara, próximo à ilha do Governador:

Sobre uma praia despida, sem abrigo nem companhia, vi-me na contingência de arcar com a tempestade impiedosa; o aguaceiro despenhava-se em cachões [...], o trovão

ribombava com tremenda grandeza, o mar roncava e, de concerto com ele, uivava o vento; raras vezes assisti, mesmo na zona tórrida, a espetáculo ao mesmo tempo tão belo e tão medonho¹².

Sobre os temporais na cidade do Rio de Janeiro, e a destruição que eles trazem, os historiadores já levantaram dados para épocas tão afastadas quanto o ano de 1613, quando há notícia de uma inundação no mês de janeiro. Ou sobre as chuvas de setembro de 1711, ou as de abril de 1756, ambas com registro de vítimas.¹³ Há igualmente listas das principais inundações dos séculos XIX e XX. Já no século XIX, os temporais e as inundações começaram a ser arrolados. A *Chronica Geral do Brazil*, de A. J. de Mello Moraes, publicada pela Garnier, em 1886, faz menção a alguns desses eventos: “Na quarta-feira 13 de abril de 1859 desabou às nove horas da noite sobre a cidade do Rio de Janeiro um dos maiores temporais de que se tinha notícia, com chuva torrencial, e inundou uma boa parte da cidade, fazendo estragos consideráveis”; no dia 10 de outubro de 1864 “caiu sobre a cidade do Rio de Janeiro tremenda tempestade com chuva de pedras de grande tamanho, que quebrou os vidros das casas”; no dia 24 de abril de 1874, desabou sobre a cidade um novo e “furioso temporal, e sobre a Serra da Tijuca quebrou-se uma nuvem ou tromba, que inundou os lugares circunvizinhos, produzindo enchentes dos rios e das ruas do Andaraí, causando mortes e muito estrago”¹⁴.

A região da baía de Guanabara – cercada pela Mata Atlântica, “também conhecida como Floresta Tropical Úmida ou Floresta Ombrófila Densa, do grego *ombrófilo*, ou seja, ‘amiga da chuva’¹⁵ – onde a cidade do Rio de Janeiro cresceu, sempre foi de difícil escoamento das águas. Maurício Abreu, no artigo *A cidade e os temporais* (1997), lembra que a posição estratégica do Rio de Janeiro, na entrada da baía de Guanabara, foi fundamental para a fundação da cidade, “mas o sítio sempre foi problemático, pela queda abrupta de gradiente entre a encosta e a baixada situada ao nível do mar [...]. E o espaço da cidade teve que ser conquistado pelo homem através de dessecamentos e aterros, durante mais de 300 anos, até o século XIX”¹⁶. Assim, a cidade cresceu nessas áreas aterradas, desniveladas e com graves problemas de drenagem e, na opinião do geógrafo, “não é de surpreender que, depois, sejam justamente essas as áreas mais afetadas pelas inundações”¹⁷. Além disso, geógrafos especialistas em clima têm discutido o impacto da urbanização no clima da cidade – o chamado clima urbano – e as dificuldades trazidas pela urbanização crescente da região¹⁸.

Para os estudiosos dos desastres urbanos é importante considerar que os eventos extremos de natureza climática, embora sejam processos essencialmente naturais (ou pelo menos parcialmente naturais), têm consequências bastante diversas, de acordo com a vulnerabilidade das populações instaladas nestes ambientes¹⁹. E não atingem a todos os moradores com a mesma intensidade.

O meu interesse aqui é olhar para os temporais sofridos pela cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, não propriamente para estudar a história desses eventos ou da vulnerabilidade maior ou menor da população diante deles, mas para procurar examinar as

percepções sobre esses desastres²⁰. O que os moradores pensavam sobre as chuvas frequentes na cidade? Como eram vistas as chuvas torrenciais, a destruição que causavam, e as necessárias reconstruções depois das enchentes?



As chuvas nos ambientes urbanos trazem problemas específicos. Para um morador do Rio de Janeiro no século XIX, a chuva podia trazer desde um pequeno incômodo, como a obrigação do uso do guarda-chuva, até problemas maiores, como os grandes lamaçais intransitáveis que se formavam em várias áreas da cidade, ou até mesmo as enchentes, com a ameaça à vida que elas representavam.

Alfredo d’Escragnolle Taunay, em seu livro *Céus e Terras do Brasil* (1882), desejou descrever o *sertanejo*, habitante da vastíssima e isolada província do Mato Grosso. Na imagem criada por Taunay, o sertanejo é tão forte que resiste às intempéries e, diante da chuva, nem desce da montaria:

Ao sertanejo que segue viagem pouco se lhe dá com tudo isso. Quando tem certeza de que a trovoadá vem chegando, puxa o cano das botas que se enrugá pela perna abaixo [...]. Desaba o chapéu de palha ou de couro e continua a caminhar tranquilamente. Se o vento é muito e as rajadas de chuva violentas a ponto de lhe incomodarem a marcha, então pára e deixa que a cavalgadura dê costas ao vento e à chuva.

E à espera que venha alguma esteada, ficam ambos no meio da estrada: o homem encolhido, em cima dos arreios, quase acoradado; o animal, com o pelo arrepiado, os pés juntos, a cauda agarrada ao corpo, o pescoço estirado e as orelhas caídas. Mal abranda a passageira violência, recomeçam o jornadasear [...]”²¹.

Já nas cidades, o guarda-chuva era uma peça considerada indispensável no vestuário, e apanhar chuva era visto como um perigo para a saúde. No Rio de Janeiro, era possível comprar chapéus de chuva importados: “Baudinet Irmãos fazem leilão hoje em sua casa [na] rua do Ouvidor n. 127, às 10 horas, de um rico sortimento de fazendas inglesas e francesas, trates, bijuterias, quinquilharias, chapéus de chuva, esporas, castiçais de prata, e muitos outros artigos”²². As galochas também podiam ser encontradas com facilidade: “Francisco Pinheiro de Campos, estabelecido com loja de calçado na Rua dos Ourives [...] participa ao público e aos fregueses que recentemente recebeu um grande sortimento de calçados de todas as qualidades [...], a saber: [...] galochas para homens, senhoras, meninos e meninas [...]”²³. Havia os guarda-chuvas produzidos aqui e as casas que faziam consertos: “Na rua detrás do Carmo n. 17, abriu-se uma casa onde se fabricam chapéus de sol, ou guarda-chuva, consertam-se em novo [...] e tudo por preços módicos”²⁴. Roubar um guarda chuva podia levar à prisão: em outubro de 1871, na freguesia da Candelária, um homem foi preso “por furto de um guarda chuva”²⁵. E pedir um guarda-chuva emprestado e não devolver podia ser um problema que ia parar nos jornais: “A pessoa que pediu um guarda chuva emprestado na

tarde de quarta-feira, n'uma casa da rua nova do Conde, queira restituí-lo no prazo de vinte e quatro horas, porque do contrário se fará público o seu nome e ocupação”²⁶.

Nessa época, a previsão do tempo ainda estava nascendo²⁷. Em 1827, um decreto imperial tinha criado um observatório astronômico no país, que levaria algum tempo para ser implantado e que mais tarde seria o Imperial Observatório do Rio de Janeiro. O Observatório tinha a função de produzir dados astronômicos e meteorológicos. Por esse tempo, estava surgindo a ideia de que a trajetória das tempestades podia ser prevista com alguma antecipação, e que, portanto, as tragédias podiam ser evitadas. No entanto, apenas na década de 1880 começou a ser montada no país uma rede de estações meteorológicas, ligadas pelo telégrafo, e capazes de coletar os dados considerados necessários para as previsões²⁸.

O Imperial Observatório do Rio de Janeiro fazia publicar nos jornais dados meteorológicos, como a temperatura e a pressão atmosférica na cidade: no dia 3 de fevereiro de 1861, por exemplo, os termômetros marcaram 29,7°, às cinco horas da tarde, houve céu e montes encobertos, e o pluviômetro marcou 25 milímetros [de chuva] na noite anterior²⁹. Mas enquanto dados meteorológicos podiam ser conhecidos com a leitura dos jornais, e a previsão do tempo começava a ser implantada por órgãos do governo imperial, os moradores do Rio de Janeiro ainda se serviam das velhas folhinhas³⁰ para tentar saber quando a cidade teria o seu próximo dia de chuva.

Em abril de 1888, Machado de Assis começou a publicação da série de crônicas “Bons Dias”, na *Gazeta de Notícias*. A série iria durar até meados de 1889. As crônicas sempre começavam com a saudação “Bons dias!” e terminavam com “Boas noites!” e, como observou John Gledson, “são um meio privilegiado de entender a interação multifacetada entre o escritor e o mundo público em que se movia”³¹. Numa delas, de 16 de fevereiro de 1889, Machado tratou das folhinhas que traziam a previsão do tempo, como a folhinha do Dr. Ayer³². A crônica começava assim:

BONS DIAS!

Deus seja louvado! Choveu. . .

[...] Já se pode entrar num bond, numa loja ou numa casa, bradar contra o calor e suspirar pela chuva, sem ouvir este badalo:

- A folhinha de Ayer dá chuva para 20 de fevereiro.

[...] Às vezes, apesar de minha pacatez proverbial, tinha ímpetos de bradar, como nos romances de outro tempo: “Mentes pela gorja, vilão!”³³.

As previsões meteorológicas das folhinhas eram um logro, comparável aos remédios que elas anunciavam, mas na imprensa os embustes eram sempre renovados e havia sempre um leitor pronto para acreditar nas novas ofertas. A crônica seguia: “Eu assisti a todo o ciclo do Xarope do Bosque. Conheci-o no tempo em que começou a curar. [...] Jurava-se pelo Xarope do Bosque como um cristão jura por Nosso Senhor. Contavam-se maravilhas; pessoas mortas

voltavam à vida, com uma garrafa debaixo do braço, vazia”³⁴. Segundo o cronista, o Xarope do Bosque chegou ao apogeu, mas como os impérios da Babilônia e de Roma, decaiu, para em seguida desaparecer. O que aconteceu com o xarope talvez acontecesse com a previsão do tempo; e o leitor das folhinhas seria convidado a passar então para o próximo produto milagroso.

Não poder prever a chuva, e ficar ao sabor das folhinhas, dificultava o dia a dia do morador. Seria conveniente levar o guarda-chuva? Era uma boa época para viajar? Além dos pequenos inconvenientes que trazia, a chuva era vista como um perigo para a saúde, capaz de fazer adoecer, ou piorar o estado do doente. Mais uma vez Machado de Assis pode ajudar, com um exemplo tirado de seu romance *Helena* (1876). Numa das últimas cenas do livro, Helena, já doente, e incapaz de suportar seu destino, deixa-se ficar na chuva:

Grossos pingos de chuva começavam a rufar nas árvores. Estácio pegou na mão de Helena para conduzi-la a casa. A moça fugiu-lhe, indo colocar-se alguns passos adiante, onde a chuva lhe caía mais em cheio na cabeça nua e no corpo levemente coberto. [...] Ele alcançou-a; estendeu o braço em volta da cintura da moça, dizendo: — Que capricho é esse? Vamos embora; eu quero que venha comigo para dentro. [...] — Deixe-me morrer! murmurou ela³⁵.

Se a chuva era considerada incômoda, e mesma perigosa para a saúde, por outro lado, quando não era muito forte a ponto de provocar enchentes e outros inconvenientes, ela era considerada benéfica para a cidade, como um instrumento de limpeza urbana³⁶. Antes da instalação da rede de esgotos, a partir da década de 1860, a cidade precisava contar com a água da chuva para o escoamento de uma parte de seus detritos. John Luccock, em seu livro já mencionado *Notas Sobre o Rio de Janeiro* (1820), tratou desse tema quando descreveu os costumes – que considerou insalubres – de uma casa na cidade:

Se dos dormitórios continuarmos para a cozinha, outras inconveniências não se farão esperar. E entre as piores, acha-se uma tina destinada a receber todas as imundícies e refugos da casa; que, nalguns casos, é levada e esvaziada diariamente, noutros, somente uma vez por semana, de acordo com o número de escravos, seu asseio relativo e pontualidade, porém, sempre que carregado, já sobremodo insuportável. Se acontece desabar um súbito aguaceiro, logo surgem em geral essas tinas, despeja-se-lhes o conteúdo em plena rua, deixando-se que a enxurrada o leve. Nas casas em que não se usa desses barris, toda espécie de detrito é atirada ao pátio, formando uma montoeira mais repugnante do que é possível a uma imaginação limpa fazer ideia. E ali fica, ajudando a criar os insetos e originando doenças, à espera de que as chuvas pesadas do clima tropical a levem³⁷.

Além disso, Maurício Abreu também lembrou em seu artigo que os médicos, no século XIX, acreditavam que os grandes temporais podiam melhorar a qualidade do ar³⁸. Ao lado dessas atribuições positivas, no entanto, o medo das chuvas fortes – com as dificuldades para a circulação e as situações de perigo que geravam – estava muito presente na cidade.

Quase diariamente os jornais traziam notícias como essa: “A rua nova de São Francisco da Prinha está navegável, e é uma nova indústria para quem tiver botes”. O pequeno trecho, publicado na seção de “Notícias particulares”, era assinado por: “ – Um que se atolou”³⁹. Às vezes irônicas, às vezes mais informativas, as queixas contra os lamaçais e atoleiros se sucediam: “É tal o estado da rua do Cemitério em frente ao beco do Suspiro, que há poucos dias indo o Santíssimo Sacramento da freguesia em uma carruagem para ser dado a um doente, esta se atolou, em um atoleiro que existe ali há muito tempo, e do mesmo não pode sair, tendo-lhe arrebetado os tirantes”⁴⁰. O conserto da carruagem, providenciado por “pessoas que passavam, e pretos”⁴¹, foi muito demorado, fazendo com que “o doente já não pudesse receber este último conforto da nossa religião”⁴². A matéria seguia queixando-se da falta de providências para solucionar o problema:

Os desgraçados moradores estão sofrendo suas pestíferas inalações, pois que até no mesmo se fazem despejos por estar o lugar tão imundo, sem que haja providências algumas; apesar de tudo isso ser dito e mostrado aos guardas ajudantes do fiscal, podendo tudo remediar-se com algumas carroças de cascalho, e espalhando um grande monte de pedras que há muito tempo ali existe na distância de duas braças⁴³.

Segundo as queixas nos jornais, os atoleiros estavam espalhados por toda a cidade: “No Largo do Paço, próximo ao antigo Hotel Pharoux, [...] há, sempre que chove, um imenso atoleiro”⁴⁴. No Catumbi, “na rua do Catumbi-Grande, defronte da casa do Sr. Souza Fontes há dois meses que existe um atoleiro, de tamanho tal que abrange toda a largura da estrada, impedindo assim a passagem dos veículos”. E a mesma notícia segue com ironia: “a câmara municipal nada sabe de certo, do contrário, com uma carroça de entulho, que aí mandasse despejar, sanaria todo o mal”⁴⁵. As queixas eram longas e detalhadas, e algumas, como a do morador de S. Diogo, solicitavam soluções paliativas:

Os infelizes moradores da rua de S. Diogo sofrem tudo quanto há de péssimo e de insuportável; as mais pequenas chuvas lhe vedam absolutamente a saída de suas casas, que ficam reduzidas a pequenas ilhas cercadas de barro lodo!. Rogamos portanto à ilustríssima câmara em geral, e em particular ao Sr. José Francisco Guimarães, encarregado da freguesia de Santa Anna, mitiguem de pronto os sofrimentos dos habitantes d’aquela pantanosa rua, dando-lhes ao menos um pequeno trilho feito de pedra inutilizada das calçadas, ou de cascalho, visto que o aterro que ali se está fazendo, por ser do puro barro, tem tornado a mesma rua um profundo atoleiro. – *Um morador*⁴⁶.

Outras queixas traziam propostas de medidas a serem adotadas a mais longo prazo: “Talvez esse mal pudesse ser extinto ou ao menos diminuído sensivelmente por meio de canos subterrâneos que dessem vazão às águas pluviais, visto ser mais difícil melhorar o péssimo sistema com que foi nivelada a cidade”⁴⁷. E outras se perguntavam: “Não será possível, dando um pequeno declive aos calçamentos, evitar que as ruas da cidade à menor chuva se convertam em lagoas?”⁴⁸. E mesmo em um jornal que não era dedicado ao humor, havia

espaço para pequenos textos de humor político, em que o tema das chuvas surgia, como a “Carta do Gaspar ao seu compadre Gregório, roceiro em Cabo-Frio”, publicada em abril de 1857 no *Diário do Rio de Janeiro*:

Eu vou requerer, compadre,
 À câmara municipal
 Que mande abrir um canal
 Em cada rua da cidade
 Qu'ê de grande necessidade.

 E depois grandes canoas
 Mande neles colocar
 P'ra embarcado só andar
 E para se não morrer
 Afogado quando chover.

 Pois chovendo, as nossas ruas
 São uns canais de Veneza;
 Oh! Compadre! que grandeza,
 Ver cavalos a nadar
 E carros a navegar⁴⁹.



No século XIX, a cidade precisava lidar com toda a sorte de dificuldades para se recuperar depois dos estragos que as chuvas frequentes – e que eles ainda não eram capazes de prever – causavam. Onde os moradores depositavam as suas esperanças? A que instâncias era possível recorrer? Sempre era possível pedir ajuda à providência divina. E também havia atividades de filantropia para socorrer os atingidos. Ao longo do século, no entanto, foram ganhando espaço as concepções de que deviam ser exigidos dos poderes públicos os esforços de recuperação da cidade, e de socorro às vítimas.

Entre dezembro de 1884 e janeiro de 1885, a Andaluzia foi sacudida por fortes terremotos, e houve numerosas campanhas de amparo às vítimas pelo mundo afora, inclusive no país vizinho, Portugal. Estudando a campanha portuguesa para o socorro às vítimas da Andaluzia, Maria da Conceição Meireles Pereira observou que duas ideias estiveram muito presentes nos textos portugueses: a caridade e a filantropia⁵⁰. Para a autora, as publicações portuguesas acompanharam um movimento mais geral, herdeiro das Luzes, e ocorrido ao longo do Oitocentos, quando a ideia de caridade cristã se laiciza e se transforma em filantropia, que por sua vez remete a ideias de fraternidade universal e de cosmopolitismo.

No Brasil, também foram frequentes as campanhas filantrópicas, com subscrições para o amparo a vítimas de desastres. Duas regiões da província do Rio de Janeiro foram duramente atingidas por inundações no início do ano de 1833. Uma campanha de subscrições foi lançada e os jornais publicaram a portaria de nomeação do agente responsável pela subscrição.

O agente foi nomeado “sendo presente à Regência que muitos Cidadãos Filantrópicos estão dispostos a socorrer, por meio de uma subscrição, às famílias reduzidas à indigência na Vila de S. Salvador dos Campos, e talvez na de S. João da Barra, pelos estragos da inundação, e não duvidando que outros muitos os acompanhem em tão religiosos e patrióticos como louváveis sentimentos”⁵¹. No princípio do mês seguinte o jornal publicou a lista dos doadores e os valores das doações⁵².

Em abril de 1839, o rio Vermelho transbordou na capital da província de Goiás. O *Diário do Rio de Janeiro* publicou uma detalhada descrição de toda a catástrofe:

Despejando as nuvens, desde as 11 horas da noite do dia 13 do corrente, a mais grossa e copiosa chuva, ao amanhecer do dia 19, o rio Vermelho [...] arremessava volumosos borbotões d’água mais de cem passos para fora de seu leito, os moradores em casas próximos ao rio, despertando espavoridos, e conhecendo o perigo iminente, em que se achavam, estando o interior de suas propriedades inundados pela enchente, correram para as ruas, gritando misericórdia.⁵³

O jornal informava ainda que o governo tinha ordenado “aos oficiais e soldados de primeira linha, aos oficiais e Guarda Nacional para irem em socorro dos cidadãos, que se achavam em risco de perderem suas vidas e fazendas”. Muitas vidas e mercadorias foram salvas, mas as casas da cidade ficaram, em sua maior parte, em ruína; um soldado morreu enquanto trabalhava no salvamento, “arrebatao por uma forte correnteza”. E o jornal acrescentou:

O coração se parte de dor quando nos lembramos do estado a que se acham reduzidas muitas famílias, tendo perdido seus bens, e sem terem hoje onde residir!!! N’este dia calamitoso o palácio do governo serviu de abrigo para mais de cem pessoas que foram tratadas com toda a polidez e caridade [...]. Consta-nos que outros cidadãos amigos da humanidade franquearam suas casas, onde receberam com carinho as desgraçadas vítimas de tão extraordinária inundação⁵⁴.

Os valores da caridade e da filantropia conviviam, e estavam disseminados. A *Gazeta de Notícias*, de 8 de agosto de 1875, informava a respeito de uma campanha filantrópica de amparo às vítimas da já mencionada inundação de Toulouse, na França: “O Grande Oriente Unido do Brasil vai fazer a primeira remessa de dois ou três mil francos, parte da subscrição que está promovendo em favor das vítimas da inundação de Toulouse. E concluiu: “Era n’este assunto que desejávamos ver disputarem-se primazias aos maçons”⁵⁵. Outra nota, na mesma *Gazeta*, no mês de setembro, dizia:

Filinto Pitomba é um molecote de 12 anos, que um destes últimos dias era possuidor da importante soma de dez tostões. Por acaso viu, na casa onde está alugado, alguns números das últimas ilustrações francesas, que trazem desenhos de cenas de uma inundação no Sul da França. Que havia de fazer o brejeiro do moleque? Pega nos dez tostões e, em vez de ir gastar em balas, pediu a pessoa conhecida para os mandar àqueles infelizes, que estavam sem pão nem casa.⁵⁶

Depois do grande terremoto de Lisboa, quando a terra tremeu no Dia de Todos os Santos (1º de novembro de 1755), arrasando a cidade, houve muitas tentativas de compreender o desastre⁵⁷. Causas naturais foram aventadas. Ribeiro Sanches, em seu *Tratado da conservação da saúde dos Povos* (1756) – o mesmo que estava à venda na rua do Ouvidor em 1832 – argumentou a favor das causas naturais na origem do desastre. Já o jesuíta padre Malagrida, em seu *Juízo da verdadeira causa do terremoto* (1756), defendeu a ideia da catástrofe como castigo divino. Voltaire também se ocupou do tema, escrevendo um poema – *Poema sobre o desastre de Lisboa* (1756) – em que duvidava da existência de uma providência divina justa e benevolente e discutia com os filósofos otimistas. Diante de tamanho desastre: “Direis vós: ‘Eis das eternas leis o cumprimento,/Que de um Deus livre e bom requer o discernimento?’”. E o poema também perguntava:

Direis vós, perante tal amontoado de vítimas:
 ‘Deus vingou-se, a morte deles é o preço de seus crimes?’
 Que crime, que falta cometeram estes infantes
 Sobre o seio materno esmagados e sangrantes?
 Lisboa, que não é mais, teve ela mais vícios⁵⁸
 Que Londres, que Paris, mergulhadas nas delícias?

E Rousseau respondeu a Voltaire, com sua *Carta sobre a Providência* (1756). Opondo-se a Voltaire, defendeu a fé religiosa, concordando com os que pretendiam conciliar a onipotência e a benevolência de Deus⁵⁹. Mas a novidade foi que, na construção do seu argumento, Rousseau tratou do papel dos homens nos desastres. Referindo-se ao terremoto de Lisboa, disse que era preciso reconhecer que “a natureza não reuniu ali vinte mil casas de seis a sete andares, e que se os habitantes dessa grande cidade tivessem sido distribuídos mais igualmente, e possuísem menos coisas, o dano teria sido muito menor, e talvez nulo”⁶⁰. Se as pessoas possuísem menos, teriam fugido ao menor abalo e estariam vivas e alegres. Mas “é preciso permanecer, obstinar-se ao redor das habitações, expor-se a novos tremores, porque o que se abandona vale mais do que o que se pode levar. Quantos infelizes pereceram neste desastre por querer pegar um sua roupa, outro seus papéis, outro seu dinheiro?”. E Rousseau segue discutindo com Voltaire:

Teríeis desejado (e quem não o teria?) que o terremoto houvesse ocorrido nos confins de um deserto em vez de Lisboa. Alguém duvida de que eles se produzam também nos desertos? Mas desses não falamos porque não fazem mal nenhum aos senhores da cidade, os únicos homens que levamos em conta; fazem pouco mal até mesmo aos animais e aos selvagens que habitam dispersos nos lugares retirados, e que não temem nem a queda dos telhados nem o incêndio das casas. Mas o que significa um tal privilégio? Será, então, que a ordem do mundo deve mudar de acordo com nossos caprichos, que a natureza deve ser submetida a nossas leis e que, para impedir um terremoto em algum lugar, bastaria construir lá uma cidade?⁶¹

Ele queria dizer que Deus não tinha enviado o terremoto especialmente para aquelas pessoas em Lisboa. Os terremotos existiam, e a morte também. Rousseau queria argumentar que a morte rápida não era necessariamente um mal real. E que a morte, afinal de contas, era necessária: “Que o cadáver de um homem alimente vermes, lobos ou plantas, não é, confesso, uma compensação da morte desse homem; mas se, no sistema do universo, for preciso à conservação do gênero humano que haja uma circulação de substância entre homens, animais e vegetais, então o mal particular de um indivíduo contribui para o bem geral”⁶². Assim, apesar da destruição causada pelo terremoto, e ao contrário das angústias de Voltaire, ele seguia, ainda, acreditando em Deus e em sua “Providência benfazeja”⁶³.

Mas a novidade agora, e que eu queria ressaltar, era que a participação dos homens na extensão das desgraças produzidas pelos eventos extremos estava posta⁶⁴. Não pelos seus pecados, mas pela maneira como construíam as cidades, com prédios altos que desabavam sobre as pessoas.



Os fortes temporais, que promovem destruição e mortes – os chamados eventos meteorológicos extremos – estão relacionados ao clima de toda uma região. E eles já eram percebidos assim no século XIX, como eventos amplos, que não tinham, em sua origem, dimensão local. Mas estava nascendo a ideia de que as cidades reagem de formas diversas a esses eventos, de acordo com a maior ou menor proteção que ofereciam a seus habitantes. E que para além da caridade e da filantropia, era preciso exigir dos poderes públicos que zelassem pela segurança dos moradores.

Embora existissem no século XIX socorros vindos de outras partes, como as subscrições para amparo às vítimas, as obras de recuperação depois das chuvas, e as de prevenção, para evitar que acontecessem novas tragédias em caso de temporal, eram tratadas como um problema de âmbito municipal. No Rio de Janeiro, a Câmara Municipal, como se sabe, legislava sobre a ordenação urbana; e possuía um corpo de fiscais. Os jornais da cidade abriam espaço para reclamações e propostas, escritas por leitores ou por seus próprios articulistas⁶⁵. E a Câmara também fazia publicar suas resoluções na imprensa.

Como exemplo de uma queixa no jornal, cito uma nota publicada no Diário do Rio de Janeiro em 25 de outubro de 1856:

Há dias falávamos do péssimo estado da rua das Laranjeiras no lugar chamado Pau Grande. Informam-nos hoje que a lama cresce consideravelmente, formando um enorme atoleiro com o aterro que se lhe acumula, de forma que o trânsito público é quase impossível e até perigoso. Não haverá fiscais naquele lugar?⁶⁶

O mesmo jornal, três meses mais tarde, em 30 de janeiro de 1857, publicava outra nota com o mesmo teor:

Chamamos a atenção dos Srs. Vereadores para o extraordinário incômodo e mesmo prejuízo que sofrem os moradores da rua do Lavradio, especialmente os do quarteirão cortado pelas ruas de Matacavalos e Arcos, nas ocasiões de maior chuva.

Sabemos de algumas casas que há dois dias ficaram por esse motivo completamente alagadas.

Talvez a abertura de outra saída para as águas além da pequena que ali existe, ou outra qualquer obra que a engenharia melhor do que nós apontará, aliviasse esses cidadãos que pagam décima e impostos desse continuado vexame⁶⁷.

A Câmara publicava as atas de suas sessões no Jornal. Na sessão de 13 de agosto de 1842, por exemplo, discutiu-se o ofício do fiscal do Engenho Velho:

[...] participando ser necessário aterrar com cascalho um atoleiro que existe na rua da Babilônia, e concertar ou fazer de novo a ponte da rua do Engenho Velho. Resolveu-se que mandasse aterrar o atoleiro, e que se apresentasse o orçamento a respeito da ponte⁶⁸.

Outro exemplo de queixa nos jornais. Uma matéria de 04 de agosto de 1841 reivindicava a atenção da Câmara:

Não há muitos dias [...], que ninguém podia atravessar a cidade senão a costas de pretos de ganho: foi uma lástima ver as ruas da capital alagadas da água da chuva e intransitáveis: entretanto a Câmara não se lembra de dar providências, que obstem a reprodução de fatos que nos ridicularizam aos olhos de nacionais e estrangeiros⁶⁹.

Com as queixas, os moradores que tinham acesso aos jornais lutavam por seus direitos. Eles pagavam impostos e consideravam uma obrigação do poder público atender às necessidades do morador. Mas quem eram os autores dessas queixas? Quem era a população da cidade que recorria aos jornais? Quem eram os leitores dos jornais? O Rio de Janeiro era a maior cidade escravista das Américas. Mas esse mundo dos jornais, letrado, era praticamente vedado aos escravos, ou melhor, eles estavam muito presentes, mas apenas nos anúncios de compra e venda e nas notícias de fugas. Nesta última matéria citada, por exemplo, os escravos aparecem como “pretos de ganho”, carregadores a quem se podia recorrer para atravessar a cidade sem se sujar nos lamaçais. Também nada leva a crer que as preocupações dos jornais estivessem destinadas aos homens livres pobres, ou aos mais pobres, embora provavelmente eles fossem os mais vulneráveis e os mais atingidos pelas chuvas.

A cidade mudou muito ao longo do século XIX, cresceu tanto em número de habitantes, como aumentou a densidade de ocupação de seu perímetro urbano⁷⁰. Chegou ao fim do século com uma estrutura urbana que incluía serviços de iluminação pública, de água e de gás encanados, de esgoto, e, ainda, um sistema de bondes. E possuía um grande número de funcionários públicos, e toda uma população de advogados, médicos, engenheiros e outras profissões liberais. Assim, é possível imaginar que entre os que reclamavam na imprensa – ou que liam as queixas publicadas nos jornais contra a câmara municipal e sua ineficiência em diminuir os efeitos maléficos das chuvas – havia ricos proprietários, comerciantes,

empresários, mas também esses extratos médios. Para esses homens, não adiantava ter acesso aos serviços, como o dos bondes, se as chuvas interrompiam ou dificultavam o fluxo no espaço urbano⁷¹. Eles reclamavam seus direitos, de cidadãos que pagavam impostos. E os jornais eram o veículo dessa nova linguagem dos direitos.

O tema dos direitos no Brasil tem sido investigado em suas várias dimensões. Entendendo a noção de direitos do cidadão como um fenômeno histórico, José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2001)⁷², examinou a história da cidadania no país desde as primeiras décadas do século XIX. O autor lembra que a existência de certos direitos não implica necessariamente o exercício pleno da cidadania, uma vez que alguns podem estar presentes, sem que outros existam. Assim, ao longo do século, certos direitos começaram a ser exercidos no Brasil, ainda que apenas por uma parcela da população, como os direitos políticos, de votar e de ser votado. Outros, no entanto, permaneceram inexistentes ou presentes apenas na letra da lei. Entre as várias dimensões da cidadania, seria possível, então, falar de uma noção de direitos do morador, no Rio de Janeiro do século XIX? Havia a concepção de que o poder público devia prover um ordenamento urbano mínimo, que garantisse a segurança do morador e até o direito de circular na cidade? O teor das queixas nos jornais, depois das chuvas, parece mostrar que essas concepções já existiam, ou pelo menos começavam a ser formuladas⁷³.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores da cidade, com as chuvas fortes, os atoleiros e os lamaçais, atravessaram o século. E houve mais de uma maneira de lidar com o problema. Várias estratégias foram usadas, desde as reclamações, em tom mais reivindicativo, publicadas nos jornais, até as diversas formas de humor.

Em fevereiro de 1876, durante o Carnaval, a *Gazeta de Notícias* publicou um anúncio: “!!Viva o Carnaval!! Saíram à luz e vendem-se na livraria Universal de E. & H. Laemmert [...] os impagáveis Versos! Versos! Impressos em papelinhos de cor, adornados com vinhetas caricatas para serem atirados aos bandos carnavalescos [...]”⁷⁴. E o anúncio da publicação dos versos – “apimentados e adubados de fina graça” – oferecia uma pequena amostra:

A pobre cidade imunda,
Que heróica e leal se chama!
Se há sol – temos poeira.
Apesar da irrigação⁷⁵;
Se chove – ou abunda a lama
– Ou temos inundaçào
[...].⁷⁶

Seria possível seguir com outros exemplos de como o tema da chuva – e dos transtornos que ela traz – foi frequente na cidade oitocentista. Mas fico por aqui, com esse último exemplo, tirado das brincadeiras de Carnaval.

Notas

1 - Sobre as alterações nas percepções do tempo, nas catástrofes, ver POMIAN, K. Catástrofes. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 29, Tempo/Temporalidade. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

2 - Para as diversas concepções historiográficas sobre o tema das catástrofes, ver QUENET, Grégory. La catastrophe, un objet historique? *Hypothèses*, 1999/1, p. 11-20.

3 - Sobre o ambiente urbano ameaçador, ver TUAN, Yi-fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: UNESP, 2005.

4 - *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de agosto de 1841, "Variedade", p. 1.

5 - *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de agosto de 1841, "Variedade", p. 1.

6 - *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de março de 1832, "Livros à venda", p. 2. O livro à venda provavelmente é a obra atribuída a Antonio Nunes Ribeiro Sanches, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos: Obra útil e, igualmente, necessária aos Magistrados, Capitães Generais, Capitães de Mar e Guerra, Prelados, Abadesses, Médicos e Pais de Famílias*. Com um apêndice: Considerações sobre os Terramotos, com a notícia dos mais consideráveis, de que faz menção a História, e dos últimos que se sentiram na Europa desde o 1 de Novembro 1755. Paris: Pedro Gendron, 1756.

7 - *Gazeta de Notícias*, 8 de agosto de 1875, "Revista dos Jornais", p. 2.

8 - A novela está traduzida em ZOLA, Émile. *A morte de Olivier Bécaille e outras novelas*. Tradução de Marina Appenzeller. Porto Alegre: L&PM, 2001.

9 - *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de junho de 1821, "Miscelânea, curiosa, útil e instrutiva", p. 4.

10 - *Imperiais Resoluções do Conselho de Estado na Seção de Fazenda*. Anos de 1842 a 1844. Volume 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867, p. 88.

11 - *Imperiais Resoluções do Conselho de Estado na Seção de Fazenda*. Anos de 1842 a 1844. Volume 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867, p. 88.

12 - LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1975, p. 223.

13 - BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro. In: GUERRA, Antonio José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista da. (Coord.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013, ver tabela, p. 103.

14 - MORAES, A. J. de Mello. *Chronica geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1886, p. 386, 392 e 417.

15 - PINHEIRO, Eliane Canedo de Freitas. *Baía de Guanabara: biografia de uma paisagem*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2005, p. 167.

16 - ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA,

Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UF RJ, 1997, p. 16.

17 - ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UF RJ, 1997, p. 16.

18 - Ver BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro. In: GUERRA, Antonio José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista da. (Coord.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

19 - Ver BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro. In: GUERRA, Antonio José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista da. (Coord.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013; e ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UF RJ, 1997. Para um estudo de caso, preocupado com as vulnerabilidades locais na história das catástrofes, ver SCHWARTZ, Stuart B. The Hurricane of San Ciriaco: disaster, politics, and society in Puerto Rico, 1899-1901. *Hispanic American Historical Review*, 72:3, 1992.

20 - Sobre as transformações nas percepções sobre as enchentes, ver MAIA, Andréa Casa Nova, SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. *História Oral*, v. 14, n. 2, 2011.

21 - DINARTE, Sylvio, pseud. (Escragnolle Taunay). *Céus e terras do Brazil: scenas e typos, quadros da natureza, fantasias*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1882, p. 56.

22 - *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de janeiro de 1835, "Leilões", p. 3.

23 - *Diário do Rio de Janeiro*, 01 de dezembro de 1845, "Notícias particulares", p. 4.

24 - *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de novembro de 1821, "Notícias particulares", p. 3 e 4.

25 - *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de outubro de 1871, "Noticiário", p. 2.

26 - *Diário do Rio de Janeiro*, 01 de dezembro de 1845, "Notícias particulares", p. 4.

27 - Ver BARBOZA, Christina H. da Motta. *As viagens do tempo: uma história da meteorologia em meados do século XIX*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

28 - BARBOZA, Christina H. da Motta. História da Meteorologia no Brasil (1887-1917). In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia*. Rio de Janeiro: SBMET, 2006, p. 1-6.

29 - *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de fevereiro de 1861, "Estatística da Corte - Meteorologia. Observatório Astronômico", p. 2.

- 30 - Sobre as folhinhas (calendários) ver NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Folhinhas e almanaques: história e política no Império do Brasil (1824-1836). In: RIBEIRO, Gladys Sabino, FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz (Orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 231-246.
- 31 - GLEDSON, John. Introdução. In: ASSIS, Machado de. *Bons dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 14.
- 32 - A crônica provavelmente está se referindo ao *Calendario e Folhinha Brasileira do Dr. Ayer*, publicado por agentes no Brasil da Dr. J. C. Ayer & C., e que teve outros nomes ao longo do tempo.
- 33 - ASSIS, Machado de. *Bons dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 231.
- 34 - ASSIS, Machado de. *Bons dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 232.
- 35 - ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 387.
- 36 - ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997, p. 16.
- 37 - LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EdUSP, 1975, p. 89.
- 38 - ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997, p. 16.
- 39 - *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de dezembro de 1843, "Notícias particulares", p. 3.
- 40 - *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de abril de 1851, p. 3.
- 41 - *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de abril de 1851, p. 3.
- 42 - *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de abril de 1851, p. 3.
- 43 - *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de abril de 1851, p. 3.
- 44 - *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de junho de 1864, "Noticiário", p. 1.
- 45 - *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de agosto de 1861, "Noticiário", p. 1.
- 46 - *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de janeiro de 1845, "Notícias particulares", p. 4.
- 47 - *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de abril de 1857, "Crônica diária", p. 1.
- 48 - *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de dezembro de 1856, "Rio de Janeiro – Crônica Diária", p. 1.
- 49 - *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de abril de 1857, "Comunicações", p. 2.
- 50 - Ver PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia a propósito dos terremotos da Andaluzia (1885). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 829-841. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5016.pdf.
- 51 - *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de fevereiro de 1833, p. 1.
- 52 - *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de março de 1833, p. 1.
- 53 - *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de abril de 1839, p. 1.
- 54 - *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de abril de 1839, p. 1.
- 55 - *Gazeta de Notícias*, 29 de agosto de 1875, p. 1.
- 56 - *Gazeta de notícias*, 01 de setembro de 1875, p. 2.
- 57 - Sobre as repercussões do terremoto de Lisboa, ver ARAUJO, Ana Cristina. *O terremoto de 1755: Lisboa e a Europa*. Lisboa: CTT, 2005; e BRAUN, Theodore E. D. & RADNER, John B. (Eds.). *The Lisbon earthquake of 1755: representations and reactions*. Oxford: Studies on Voltaire and the Eighteenth Century, 2005.
- 58 - Voltaire. *O poema sobre o desastre de Lisboa (1756)*. Tradução de Vasco Graça Moura. Lisboa: Altheia, 2013.
- 59 - Ver MARQUES, José Oscar de Almeida. Apresentação. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani e José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 3.
- 60 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani, José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 9.
- 61 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani, José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 9.
- 62 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani, José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 15.
- 63 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani, José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 15.
- 64 - G. Quenet apontou para o perigo do anacronismo de considerar Rousseau como o primeiro teórico de uma definição moderna dos riscos naturais e da vulnerabilidade das sociedades, mas também falou sobre a novidade de suas idéias, em QUENET, Grégory. *Les tremblements de terre aux XVIIIe et XVIIIe*

siècles: la naissance d'un risque. Seyssel: Champ-Vallon, 2005, p. 438-9.

65 - Para um período posterior, Eduardo Silva examinou o tema das queixas nos jornais, em SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

66 - *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de outubro de 1856, "Rio de Janeiro – Chronica diária", p. 1.

67 - *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de janeiro de 1857, "Rio de Janeiro – Chronica diária", p. 1.

68 - *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de agosto de 1842, "Câmara Municipal", p. 1.

69 - *Diário do Rio de Janeiro*, 04 de agosto de 1841, "À Câmara Municipal", p. 1.

70 - Ver, para o número de habitantes, os dados consolidados em SOARES, Luiz Carlos. *O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007.

71 - Para o exame das contradições entre a modernização da cidade e as enchentes, em um período posterior, ver MAIA, Andréa Casa Nova. O "drama barroco" carioca nas enchentes históricas: tragédia e humor nas páginas das Revistas (Rio de Janeiro, 1905-1928). In: XXXI Congress of Latin American Studies Association, 2013, Washington.

Papers of the XXXI LASA 2013. Washington: LASA, 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/4066213/O_drama_barroco_carioca_nas_enchentes_historicas_Tragedia_e_Humor_nas_paginas_das_Revistas_1905-1928.

72 - CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

73 - Em dois artigos anteriores, procurei discutir o tema dos direitos e dos serviços públicos no Rio de Janeiro oitocentista, ver ALMEIDA, Anita C. L. de. Fogos de artifício: esplendor e perigo, direitos e deveres no Rio de Janeiro do século XIX. In: BESSONE, Tânia M., NEVES, Lucia M. B. Pereira das, GUIMARÃES, Lucia Maria P. (Org.). *Elites, Fronteiras e cultura no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 177-202; e Fogo!...fogo!...fogo!: incêndio, vida urbana e serviço público no Rio de Janeiro oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de, CAMPOS, Adriana Pereira. (Org.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 487-517.

74 - *Gazeta de Notícias*, 07 de fevereiro de 1876, p. 4.

75 - No século XIX, foi introduzido na cidade um serviço de lavagem e irrigação das ruas.

76 - *Gazeta de Notícias*, 07 de fevereiro de 1876, p. 4.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997.

ALMEIDA, Anita C. L. de. Fogo!...fogo!...fogo!: incêndio, vida urbana e serviço público no Rio de Janeiro oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de, CAMPOS, Adriana Pereira. (Org.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 487-517.

_____. de. Fogos de artifício: esplendor e perigo, direitos e deveres no Rio de Janeiro do século XIX. In: BESSONE, Tânia M., NEVES, Lucia M. B. Pereira, GUIMARÃES, Lucia M. P. Guimarães. (Org.). *Elites, Fronteiras e cultura no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 177-202.

BARBOZA, Christina H. da Motta. *As viagens do tempo: uma história da meteorologia em meados do século XIX*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

_____. História da Meteorologia no Brasil (1887-1917). In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia*. Rio de Janeiro: SBMET, 2006.

BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro. In: GUERRA, Antonio José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista da. (Coord.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013, p.47-109.

BRAUN, Theodore E. D. & RADNER, John B. (Eds.). *The Lisbon earthquake of 1755: representations and reactions*. Oxford: Studies on Voltaire and the Eighteenth Century, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GLEDSOON, John. Introdução. In: ASSIS, Machado de. *Bons dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MAIA, Andréa Casa Nova, SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. *História Oral*, v. 14, n. 2, 2011.

- MAIA, Andréa Casa Nova. O “drama barroco” carioca nas enchentes históricas: tragédia e humor nas páginas das Revistas (Rio de Janeiro, 1905-1928). In: XXXI Congress of Latin American Studies Association, 2013, Washington. Papers of the XXXI LASA 2013. Washington: LASA, 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/4066213/O_drama_barroco_carioca_nas_enchentes_historicas_Tragedia_e_Humor_nas_paginas_das_Revistas_1905-1928.
- MARQUES, José Oscar de Almeida. Apresentação. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani e José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Folhinhas e almanaques: história e política no Império do Brasil (1824-1836). In: RIBEIRO, Gladys Sabino, FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz (Orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 231-246
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia a propósito dos terremotos da Andaluzia (1885). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 829-841. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5016.pdf.
- PINHEIRO, Eliane Canedo de Freitas. *Baía de Guanabara: biografia de uma paisagem*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2005.
- POMIAN, K. Catástrofes. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 29, Tempo/Temporalidade. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- QUENET, Grégory. La catastrophe, un objet historique? *Hypothèses*, 1999/I, p. 11-20.
- _____. *Les tremblements de terre aux XVIIe et XVIIIe siècles: la naissance d'un risque*. Seyssel: Champ-Vallon, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. The Hurricane of San Ciriaco: disaster, politics, and society in Puerto Rico, 1899-1901. *Hispanic American Historical Review*, 72:3, 1992.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Luiz Carlos. O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007.

Recebido em 05/06/2014